

MARCELO ALEXANDRINO

Auditor Fiscal da Receita Federal desde 1997, exerce suas atribuições na Divisão de Tributação da Superintendência da Receita Federal, no Rio Grande do Sul. Professor de Direito Tributário e Direito Administrativo em cursos preparatórios para concursos públicos em Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, atua ainda como colaborador e instrutor da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF).

VICENTE PAULO

Auditor Fiscal da Receita Federal desde 1997, exerce suas atribuições em Brasília (DF). Professor de Direito Constitucional em cursos preparatórios para concursos públicos em Brasília, Curitiba, Florianópolis e São Paulo, atua ainda como colaborador e instrutor da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF).

MANUAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO

2ª edição

EDITORA ÍMPETUS

Niterói, RJ
2005

**336.2:34(81)
A434m**



A371m

Alexandrino, Marcelo e Paulo, Vicente.

Manual Direito Tributário

Marcelo Alexandrino & Vicente Paulo. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Impetus, 2005. 412 p.; 16x23 cm

ISBN: 85-7626-133-2

1. Direito tributário - Brasil. I. Paulo, Vicente, 1968. II. Título. III. Série.

CDD: 351.81076

336.2:34(81)
A434m



SUMÁRIO

LIVRO 1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 1 - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	2
1. Direito Tributário como ramo do Direito Público	2
2. Estrutura e elementos da relação jurídica tributária	3
3. Conceito de tributo	6
4. Espécies tributárias integrantes do Sistema Tributário Nacional. Enumeração	9
4.1. Classificações doutrinárias	12
CAPÍTULO 2 - LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	18
1. Princípios constitucionais tributários	18
1.1. O princípio da legalidade	18
1.1.1. Exceções ao princípio da legalidade	21
1.1.2. Iniciativa legislativa em matéria tributária	23
1.2. Princípio da isonomia	24
1.3. Irretroatividade	26
1.4. Anterioridade do exercício financeiro	28
1.4.1. Exceções à anterioridade do exercício financeiro	30
1.5. O princípio da noventena	32
1.5.1. Exceções à noventena	33
1.5.2. Anterioridade e medidas provisórias	36
1.6. Princípio do não-confisco	38
1.7. Princípio da liberdade de tráfego	40
1.8. Uniformidade geográfica	41
1.9. Vedação às isenções heterônomas	42
1.10. Princípio da não-discriminação tributária	44
1.11. Capacidade contributiva	44
1.12. Exigência de lei específica para concessão de benefícios fiscais	48
2. Imunidades	49
2.1. Imunidade recíproca	52
2.2. Imunidade religiosa	53
2.3. Imunidade dos partidos políticos e sindicatos dos trabalhadores	54
2.4. Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	55
2.5. Imunidade cultural	57
2.6. Outras imunidades	59

336.2:34(81)
A434m



CAPÍTULO 3 - ESPECIES TRIBUTÁRIASS	67
1. Taxas	67
1.1. Taxa e preço público	74
1.2. Pedágio	76
2. Contribuições de melhoria	77
3. Impostos	79
3.1. Elementos básicos dos impostos federais - Constituição e Código Tributário Nacional	80
4. Empréstimos compulsórios	93
5. Contribuições regimes jurídicos	94
5.1. Contribuições sociais	97
5.1.1. Contribuições de seguridade social	98
5.1.2. Outras contribuições sociais	100
5.2. Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas	101
5.3. Contribuições de intervenção no domínio econômico	102
5.4. Contribuição de iluminação pública	104
6. O Simples	104
6.1. Definição	105
6.2. Enquadramento legal como ME e EPP	106
6.3. Tributos abrangidos	107
6.4. Impostos e contribuições não incluídos no Simples	108
6.5. Vedações à opção pelo Simples	109
6.6. Data e forma de pagamento	111
6.7. Dispensa de obrigações acessórias	111
6.8. Percentuais	112
6.8.1. ME que exceda o limite de receita para enquadramento no Simples na condição de ME	121
6.8.2. Contribuintes sujeitos a percentuais diferenciados	121
6.8.3. Acréscimo ao percentual das EPP	121
CAPITULO 4 - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	127
1. Competência para legislar sobre Direito Tributário	127
1.1. Normas gerais de Direito Tributário. Teoria da recepção. O Código Tributário Nacional	128
1.2. O "Super Simples" constitucional	132

336.2:34(81)
A434m



1.3. Uso de instrumentos tributários na prevenção de desequilíbrios da concorrência	138
2. Competência tributária	140
2.1. Outorga de atribuições administrativas a outras pessoas jurídicas de direito público	141
2.2. Competência cumulativa	143
2.3. Competência residual	144
2.4. Competência extraordinária	145
CAPITULO 5 - REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	151

LIVRO 2 CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 6 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO	156
1. Legislação Tributária	156
2. Vigência da legislação tributária	170
2.1. Vigência espacial	170
2.2. Vigência temporal	172
3. Aplicação da legislação tributária	175
4. Interpretação e integração da legislação tributária	178
4.1. Disciplina específica da interpretação no CTN	181
4.2. Disciplina específica da integração no CTN	186
CAPÍTULO 7 - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	192
1. Obrigação tributária principal e acessória	192
2. Fato gerador	194
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	197
4. Capacidade tributária	200
5. Domicílio tributário	201
6. Solidariedade	202
6.1. Efeitos da solidariedade	204
CAPÍTULO 8 - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	208
1. Responsabilidade por substituição	209
2. Responsabilidade dos sucessores	213

**336.2:34(81)
A434m**



2.1. Responsabilidade dos adquirentes de imóveis	214
2.2. Responsabilidade dos adquirentes e renitentes de bens	215
2.3. Responsabilidade na sucessão causa <i>mortis</i>	216
2.4. Responsabilidade na fusão, incorporação, transformação e extinção das pessoas jurídicas	219
2.5. Responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	221
3. Responsabilidade de terceiros	224
4. Responsabilidade por infrações	227
4.1. Denúncia espontânea	229
CAPÍTULO 9 - CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	235
1. Crédito tributário. Conceito e constituição	235
2. Lançamento. Conceito	235
2.1. Alteração do lançamento regularmente notificado	238
2.2. Modalidades de lançamento	239
2.2.1. Lançamento de ofício	240
2.2.2. Lançamento por declaração	242
2.2.3. Lançamento por homologação	245
CAPÍTULO 10 - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	250
1. Depósito do montante integral do crédito	251
2. Processo administrativo fiscal	252
3. Liminar em mandado de segurança; concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial	253
4. Moratória e parcelamento	253
4.1. Requisitos para concessão da moratória	257
4.2. Revogação da moratória individual	257
CAPÍTULO 11 - EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	262
1. Conversão do depósito em renda	263
2. Decisão administrativa definitiva favorável ao sujeito passivo	263
3. Decisão judicial favorável ao sujeito passivo transitada em julgado	265
4. Dação em pagamento de bens imóveis	266

336.2:34(81)
A434m



5. Compensação	267
6. Pagamento	269
7. Decadência	273
8. Prescrição	277
9. Pagamento antecipado e homologação	282
10. Transação	283
11. Remissão	284
12. Consignação em pagamento julgada procedente	285
13. Pagamento indevido	287
13.1. Restituição de tributos indiretos	288
13.2. Restituição de juros e penalidades	289
13.3. Extinção do direito de pleitear a restituição	290
CAPÍTULO 12 - EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	297
1. Isenção	297
2. Anistia	302
CAPÍTULO 13 - GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	306
CAPÍTULO 14 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	318
1. Poderes e deveres da fiscalização	318
2. Sigilo fiscal e sigilo bancário	321
3. Dívida ativa	326
4. Certidões negativas	330
EXERCÍCIOS	
Tributo / espécies / competência	338
Princípios / limitações da competência tributária	347
Legislação / interpretação / integração	353
Obrigações / fato gerador / sujeito ativo / sujeito passivo / capacidade / solidariedade / domicílio	361
Responsabilidade tributária	366
Crédito / lançamento	372
Suspensão / exclusão / extinção / repetição do indébito	375
Garantias e privilégios do crédito tributário	382
GABARITO	389
BIBLIOGRAFIA	391

336.2:34(81)
A434m

